

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I – A TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA NA ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO JURÍDICA DA FAMÍLIA	19
1.1 A família no Direito Romano	26
1.2 As relações familiares sob a ótica do direito canônico	30
1.3 O modelo familiar no direito brasileiro pré-codificado	33
1.4 A família inscrita no Código Civil de 1916	36
1.5 A concepção da família na Constituição Federal de 1988 e a arquitetura familiar contemporânea	39
2 – O DIREITO DE FAMÍLIA E A HERMENÊUTICA CIVIL CONSTITUCIONAL ..	45
2.1 A constitucionalização do Direito de Família	49
2.2 A descodificação e a repersonalização do Direito de Família	53
2.3 A família e os valores inseridos na Constituição Federal de 1988: dignidade humana, solidariedade social e igualdade substancial	60
3 – PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO DE FAMÍLIA	73
3.1 As funções desempenhadas pelos princípios gerais do direito e pelos princípios fundamentais do Direito de Família	74
3.2 A função da ética na aplicação dos princípios e o dever do comportamento ético no Direito de Família	82
4 – O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA: UMA VISÃO SOB A PERSPECTIVA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002	91
4.1 A boa-fé objetiva e sua análise conceitual no âmbito do Direito Civil	93
4.2 A boa-fé objetiva como princípio jurídico	107
4.3 A boa-fé objetiva e as suas funções	116
4.4 O princípio da autonomia privada aliado ao princípio da boa-fé objetiva: meio de controle do exercício de posições jurídicas	122
5 – A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO DIREITO DE FAMÍLIA	125
5.1 A boa-fé objetiva e seus contornos externos ao direito obrigacional	127

5.2 O conteúdo do princípio da boa-fé objetiva nas relações familiares	135
5.3 A boa-fé objetiva e o valor jurídico da confiança no Direito de Família.....	141
5.3.1 A boa-fé objetiva e a proibição do comportamento contraditório (<i>nemo potest venire contra factum proprium</i>) no Direito de Família	148
5.3.2 A boa-fé objetiva como fonte criadora de deveres jurídicos implícitos no Direito de Família.....	152
5.4 Diferenças entre a boa-fé objetiva e a boa-fé subjetiva no Direito de Família	154
5.5 A concretização do princípio da boa-fé objetiva nos conflitos provenientes do Direito de Família	157
5.5.1 A boa-fé objetiva como fundamento para a vedação ao enriquecimento sem causa ou ilícito no Direito de Família	158
5.5.2 A inobservância da boa-fé objetiva como causa para o dever de indenizar no Direito de Família.....	163
6 – A BOA-FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES PATRIMONIAIS DE FAMÍLIA: O DEVER DE LEALDADE, DE PROIBIDADE E A TUTELA JURÍDICA DA CONFIANÇA	175
6.1 A boa-fé objetiva na escolha e na alteração do regime matrimonial de bens	177
6.2 A boa-fé objetiva na partilha de bens realizada na dissolução da sociedade conjugal	183
6.3 A cláusula geral da boa-fé objetiva implícita ao contrato de convivência.....	187
6.4 A Súmula 377 do Supremo Tribunal Federal e o princípio da boa-fé objetiva	191
7 – A INCIDÊNCIA DA BOA-FÉ OBJETIVA EM ALGUMAS QUESTÕES CONTROVERTIDAS DO INSTITUTO DOS ALIMENTOS	195
7.1 A permanência da situação de necessidade como forma de prolongar a obrigação alimentar e violar o princípio da boa-fé objetiva.....	195
7.2 A irrenunciabilidade alimentar e a boa-fé objetiva	199
7.3 A mitigação da irrepctibilidade dos alimentos no contexto da boa-fé objetiva	202
8 – A BOA-FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES EXISTENCIAIS DE FAMÍLIA: A TUTELA JURÍDICA DA AFETIVIDADE.....	205
8.1 A discussão da culpa nas dissoluções conjugais como forma de violação da boa-fé objetiva	208
8.2 A boa-fé objetiva no reconhecimento da paternidade socioafetiva	211
8.3 O direito à convivência familiar aliado ao princípio da boa-fé objetiva.....	216
8.4 O exercício do direito de visita e os limites impostos às partes por meio da boa-fé objetiva	221
CONCLUSÕES	227
REFERÊNCIAS	237
ÍNDICE ALFABÉTICO	245